

Editorial

Os três Mundos

Álvaro de Vasconcelos

A crise intereuropeia aberta pela campanha americana no Iraque é fruto, acima de tudo, de dois pontos de vista diferentes sobre duas coisas: as relações transatlânticas e o futuro da ordem internacional, a qual depende, em boa parte, do modo como os EUA e a Europa se relacionarem entre si e da forma como influírem na sua configuração. A fractura entre os países europeus traduz diferentes visões da União Europeia como actor internacional, que implica paralelamente diferentes perspectivas face à relação com os Estados Unidos. A definição de uma política de relacionamento com Washington passa por um acordo prévio relativamente à sua visão da ordem internacional, em suma, pela consagração de identidade internacional da União. Este tema pode sintetizar-se no esquema seguinte:

Europa potência [mundo multipolar] oposição frontal aos Estados Unidos
Europa económica [mundo unipolar] alinhamento automático com os Estados Unidos
Europa potência civil [mundo multilateral] «envolvimento crítico» com os Estados Unidos

Este debate tem sido travado sobretudo pelos defensores de uma ordem mundial multipolar e da concepção da Europa-potência. Muitos na Europa defendem uma ordem multipolar que possa equilibrar o poder da hiperpotência norte-americana, em que os outros centros de poder poderiam ser, além da União Europeia, a Rússia, a China, o Japão, a Índia e, possivelmente, o Brasil e o México. Esta visão, que tem sido particularmente defendida pelo presidente Chirac, levou muitos a considerarem que a posição francesa sobre a crise iraquiana se inscrevia nessa ideia de um mundo multipolar e era uma manifestação de oposição frontal aos Estados Unidos.

Tony Blair afirmou-se, depois da crise do Iraque, explicitamente contrário à ideia da multipolaridade e partidário de um mundo unipolar, em que o único pólo seja constituído por uma parceria estratégica entre a Europa e os Estados Unidos, envolvendo também países como a Rússia e a China. Esta posição é naturalmente vista como a expressão de alinhamento incondicional com os Estados Unidos. Mesmo que as posições de partida possam ser diferentes, parece haver geral acordo em que a política possível é a de um

«envolvimento crítico» com os Estados Unidos, compatível com a afirmação de uma política autónoma por parte da União Europeia e de uma concepção plural da ordem internacional.

Se a preferência pela multipolaridade não é consensual, também não há consenso sobre o modo como as futuras grandes potências, e o seu inter-relacionamento, influiriam na segurança e no sistema internacional. O surgimento de novos centros de poder não deixará de pôr em causa a unipolaridade reinante, que no longo prazo se não pode deixar de considerar transitória e instável. Estas incertezas coexistem com a convicção de alguns de que, para se construir um sistema multipolar, a União Europeia terá de afirmar-se como uma superpotência tradicional e para tal de se configurar como um super-Estado. Ora, a União Europeia nunca será um super-Estado – logo, nunca será uma superpotência que possa rivalizar com os Estados Unidos. Não pode nem quer. Para pesar na ordem internacional, a União Europeia não tem que concorrer com a América pelo domínio mundial mas tem que se afirmar com uma identidade própria.

Os debates na Convenção e o próprio texto do Tratado Constitucional apontam para um vasto consenso quanto a fazer assentar a política internacional da União Europeia sobre os valores e princípios em que se funda o modelo europeu. A trave-mestra é que constitua a base de um novo multilateralismo capaz de proteger os direitos do homem, mesmo dentro das fronteiras de Estados soberanos. A União Europeia, que não considera a soberania nacional como um valor sacrossanto, está em boas condições para o fazer e tem para isso o apoio da maioria dos seus cidadãos, como se viu durante a guerra no Kosovo. Só num sistema internacional baseado em normas e regras a União Europeia terá peso significativo, como aliás a questão iraquiana demonstra. A União foi incapaz de ter qualquer papel na sua resolução e, por enquanto, de contribuir como poderia e deveria para vencer a paz. Para que a União Europeia tenha real influência, é preciso que o mundo seja regido por um sistema multilateral eficiente e global que, como sugere Jean-Marie Guéhenno, não seja sustentado pela supremacia indefinida dos Estados Unidos nem pelo valor supremo da independência e da soberania como objectivo último de toda a entidade política.